



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

KAMILA TEOTONIO MANGONI

**O TRÁFICO DE DROGAS E SUA INFLUÊNCIA NO AUMENTO DA
CRIMINALIDADE FEMININA**

CURITIBA
2021

KAMILA TEOTONIO MANGONI

**O TRÁFICO DE DROGAS E SUA INFLUÊNCIA NO AUMENTO DA
CRIMINALIDADE FEMININA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel, Curso de
Direito, Setor de Direito do Estado,
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof.º Dr. André Peixoto de Souza.

CURITIBA

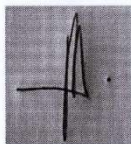
Curitiba, 26 de março de 2021.

TERMO DE APROVAÇÃO

O TRÁFICO DE DROGAS E A SUA INFLUÊNCIA NO AUMENTO DA
CRIMINALIDADE FEMININA

KAMILA TEOTONIO MANGONI

Monografia apresentada ao curso de Graduação no
Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências
Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte
banca examinadora:



ANDRÉ PEIXOTO DE SOUZA
Orientador

Coorientador



KATIE ARGUELLO
1º membro



KAUANA KALACHE
2º membro

À minha mãe que esteve sempre ao meu lado me apoiando e incentivando diante das dificuldades, visando minha formação pessoal e profissional. A você o meu amor e eterno agradecimento.

AGRADECIMENTOS

Em um mundo de reclamações, belo é quando paramos para refletir por tudo o que somos gratos. Obviamente, que este espaço não abarcaria todo o meu sentimento de gratidão, contudo, sou profundamente grata por todas as pessoas e situações que me permitiram e me ajudaram no caminho percorrido até aqui, concluir uma graduação exige dedicação, desafios e muita coragem.

A Deus, em primeiro lugar, pois sem Ele esta jornada não seria iniciada, muito menos cumprida.

Agradeço por estar escrevendo este presente trabalho à Universidade Federal do Paraná. Faculdade esta que, sempre foi meu sonho graduar. Sou privilegiada e muito grata ao crescimento que a mesma me proporcionou e, sobretudo, ao Curso de Direito.

À minha mãe Maria de Fátima, meu espelho de mulher, exemplo de coragem e perseverança. Agradeço por seu amor incondicional e por sua dedicação à minha criação, cumprindo brilhantemente o papel de mãe e pai que me transformou na mulher que sou hoje. Mãe, obrigada por acreditar em mim desde o princípio, mesmo quando eu mesma não acreditava.

A todos que de alguma forma estiveram ao meu lado neste período tão importante da minha vida. À minha tia Luzinete, ou mais conhecida carinhosamente como Tia Loloi, minha segunda mãe, que esteve presente desde minha criação, com seu coração enorme me apoiando e me incentivando sempre. Ao meu Tio Carlinhos, exemplo de homem, pai, marido, trabalhador, que com sua inteligência admirável, me trouxe muitos ensinamentos e aprendizagens pela vida. Ao Áureo Ern, meu pai do coração, que mesmo pelas estradas desse Brasil, sempre se preocupou em estar presente e transparecendo seu carinho por mim. E ao Felipe Brasil, meu primo de sangue e irmão por escolha. Com seu coração puro, cheio de amor, esteve e sempre estará ao meu lado, compartilhando boas risadas e histórias que me trazem paz.

Agradeço também ao Professor André Peixoto de Souza por toda a orientação, atenção e conselhos oferecidos não somente ao longo deste trabalho, mas em todo meu período acadêmico.

Um agradecimento especial à dois amigos que, sem dúvidas estarão comigo para toda vida. Em primeiro lugar, à minha amiga Polliana Mega, que está há tantos anos em minha vida e sempre muito presente. Meu referencial de amizade, de cuidado e cumplicidade. Obrigada por sempre me encorajar a enfrentar o mundo, por mostrar o quão eu sou capaz e estar ao meu lado em todos os momentos. Você

é meu alicerce e exemplo de força. E, em segundo, ao meu amigo Eduardo Pelech, presente nos momentos mais importantes da minha vida, sempre com seu jeito peculiar e carinhoso. Amigo, você esteve comigo no meu banho de lama e hoje está nos meus agradecimentos da conclusão do meu curso. Minha eterna gratidão a vocês dois.

Às minhas amizades, que souberam compreender minhas ausências e meus momentos de desespero, dos quais foram peças fundamentais durante toda a minha experiência acadêmica e principalmente por toda a trajetória e momentos compartilhados. Cada um com suas particularidades: Amanda Cim e Leticia Kle por formar meu trio preferido e que sempre pude contar independente da ocasião; Luana, pelo companheirismo incondicional de anos; Leticia Mascarenhas e Isabel, ambas com o coração do tamanho do mundo que me estenderam a mão e o ombro em vários momentos; Finkler e Leonardo, pela companhia rotineira e por compartilharem e viverem um amor em comum comigo: Furacão; Matheus Petris, por sempre se prontificar a me ajudar, me incentivar e acreditar em mim; Angelo e Bryan que, sem dúvidas, tornaram meus dias dentro da faculdade -e fora- mais leves e descontraídos com suas parcerias.

Ainda, àqueles amigos que, não menos importante, mesmo virtualmente, se fizeram presente em minha caminhada. Cleise, meu amuleto da sorte. Obrigada pelas infundáveis chamadas de vídeos e conselhos independente da hora; Erick, por seu carinho, preocupação e incentivo de todos os dias; Felipe Miranda, pela parceria desde copos de cerveja até orações e zelo pela vida um do outro. Todos foram presentes que o futebol me deu.

Ao Felipe Andrade que, em pouco tempo e talvez em um dos momentos mais sensíveis da minha vida, chegou com muita leveza para equilibrar, sempre com muito carinho, paciência e amor.

Por fim, não poderia deixar de agradecer ao meu eterno amor, Athletico Paranaense. Sem dúvidas foi meu refúgio mental e distração do cansaço e obrigações que a faculdade exige. Obrigada por me proporcionar vários momentos inexplicáveis com você.

A todos, todo o meu carinho e gratidão.

O TRÁFICO DE DROGAS E SUA INFLUÊNCIA NO AUMENTO DA CRIMINALIDADE FEMININA

DRUG TRAFFICKING AND ITS INFLUENCE ON INCREASING FEMALE CRIME

Kamila Teotonio Mangoni¹

RESUMO

A mola propulsora deste artigo é analisar as causas do aumento da criminalidade feminina nas últimas décadas sob a visão repressiva da política criminal de drogas e suas consequências quanto ao encarceramento feminino, justificando-se a temática a partir dos dados do INFOPEN – Informação penitenciária Nacional – Mulheres (2019) em que o Brasil encontra-se com o número de 37,2 mil mulheres aprisionadas, estando ocupando a 4º posição de nações com maior população carcerária feminina em todo o mundo. Em seguida, serão demonstradas as teorias da Criminologia que visam exclusivamente explicar o comportamento criminoso da mulher, justificando seu contexto social, sua evolução em decorrência do feminismo e sua participação histórica no direito penal. Ainda, será demonstrado a ligação entre uma sociedade marcada pelo patriarcado ao longo da história, bem como será analisada a nossa atual política criminal de drogas através da Lei n 11.343/06, que combate o tráfico de drogas, por meio de medidas repressoras e as causas que levam as mulheres ao tráfico, assim como seu papel dentro deste ramo, e possíveis medidas alternativas que poderiam ser aplicadas a essas mulheres que vivem à margem da sociedade.

Palavras-chave: Criminologia feminina. Tráfico de Drogas. Lei de drogas. Punibilidade.

¹ Graduanda do quinto ano de Direito na Universidade Federal do Paraná.

ABSTRACT

This essay's objective is to analyse the causes behind the rising female criminality rate which occurred in the last decades under the drugs criminal policy's repressive perspective and its consequences related to female incarceration, a theme that is justified by the INFOPEN - Informação Penitenciária Nacional - Mulheres (2019) data, where Brazil registers 37,2 thousand imprisoned women, being ranked as the 4th nation with the biggest women's prison population in the whole world. Then, there will be demonstrated criminology theories which aims to explain women's criminal behavior, justifying its social context, its evolution in behalf of feminist theory, and its historical participation in Criminal Law. Yet, it will be demonstrated the connections between a society marked by patriarchy, as it will be analysed our actual drugs criminal policy in the perspective of Law 11.343/06, which fights drugs traffic through repressive means, the causes that lead women to traffic, as its role in this field, and possible alternative measures that could be applied to these women that live on the edge of society.

Keywords: Female crime. Drug trafficking. Drug law. Punishment.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. A CRIMINOLOGIA COMO ESTUDO DO COMPORTAMENTO CRIMINOSO...	11
2.1. BREVE HISTÓRICO DA CRIMINOLOGIA.....	13
2.2. A CRIMINOLOGIA CRÍTICA	16
3. A FIGURA DA MULHER NO ESTUDO DA CRIMINOLOGIA E SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....	17
3.1. DO PAPEL DO FEMINISMO NA CRIMINOLOGIA E A MULHER NO DIREITO PENAL	20
4. O TRÁFICO DE DROGAS E OS DISCURSOS OFICIAIS	22
4.1. BREVE HISTÓRIO DA LEGISLAÇÃO REPRESSIVA AO TRÁFICO DE DROGAS E A POLÍTICA CRIMINAL DE DROGAS NO BRASIL	23
4.2. AS MULHERES NO CÁRCERE.....	25
4.3 A SELETIVIDADE DO SISTEMA PENAL QUANTO ÀS MULHERES TRAFICANTES: O AUMENTO DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA FEMININA EM GRÁFICOS	27
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
6. REFERÊNCIAS	34

1. INTRODUÇÃO

Diante da intensificação do processo de encarceramento feminino verificada na última década, tem-se observado o aumento substancial da quantidade de mulheres presas pelo envolvimento no mundo do crime, fato este apresentado através dos dados do INFOPEN – Informação penitenciária Nacional – Mulheres (2019) em que o Brasil encontra-se com o número de 37,2 mil mulheres aprisionadas, classificado em 5º lugar entre os países com mais população carcerária feminina no mundo. Contudo, ainda não há atualizações referente as informações após 2019 pela INFOPEN, todavia, segundo o relatório mais recente do *World Prison Brief* a respeito do encarceramento feminino, uma vez que o Brasil detém a quarta posição no ranking mundial de países com maior número de mulheres presas.

Números estes, que fazem com que a preocupação com o aumento da criminalidade, se torne tema de grande preocupação da agenda política brasileira e também mundial, o que também pode favorecer a violação dos direitos humanos. Assim, as ciências sociais do Século XXI, em especial a criminologia, traz a necessidade de elucidação acerca das implicações sociais em fase da abordagem de gênero, incluindo-se nesse campo, a criminologia feminina.

A relevância do trabalho consiste na escassez de trabalhos sobre a criminalidade feminina, onde os homens ainda são os principais atores e vítimas da criminalidade enquanto as mulheres constituem uma pequena fatia nos dados penitenciários. Assim, associado a esta problemática, o tráfico de drogas se demonstrou como o crime que mais leva as mulheres às prisões e é um dos crimes prioritários na política de combate criminal, visto que a rede de violência é formada a partir dessa atividade, a qual é demonstrada quase que diariamente nos jornais e revistas.

A partir desta contextualização, se mostra necessário um levantamento de diagnóstico acerca da criminalidade feminina para que se possa compreender o que tem levado mulheres ao encarceramento, bem como associar tal problemática social à Lei 11.343/06 (Lei de Drogas), que trouxe, além de outras modificações, uma maior repressão aos traficantes. A pena mínima anterior era de três anos de reclusão, e a nova lei define e majorou o tráfico em cinco anos, além de tornar tal crime em hediondo.

Portanto, o presente estudo visa explicar o aumento do encarceramento feminino com seu foco voltado ao Brasil, tendo em vista o tráfico de entorpecentes. Para isso, serão estudadas, no primeiro capítulo, as teorias da Criminologia que buscaram entender o comportamento do homem delinquente ao longo da história e as causas de seu envolvimento no crime.

No segundo capítulo serão discutidas os poucos trabalhos e teses existentes em Criminologia que enfocam o estudo na mulher criminosa, mostrando a evolução histórica da mulher delinquente expondo que com a “emancipação” do poder patriarcal e seu ingresso social, as mulheres também começaram a participar mais efetivamente nos crimes e somente naqueles tipificados como esperados de sua conduta, sendo estes o aborto e o infanticídio.

Por fim, o terceiro e último capítulo será abordada a influência que o tráfico de drogas desperta no mundo da criminalidade feminina e as causas que acarretam estas mulheres a cometer tal delito, sendo explicada a política criminal de drogas adotada pelo Brasil ao longo dos anos e o seu impacto no aumento no índice de mulheres no tráfico.

Em suma, o objetivo é explicar o fenômeno da criminalidade feminina com base na história da participação das mulheres na sociedade, no desenvolvimento dos papéis de gênero e na formação social.

Busca-se descobrir as razões que inserem a mulher na prática delituosa e qual momento da história que ocorreu o aumento da incidência destas no tráfico de drogas.

Para tanto, será analisada a política criminal de combate às drogas, a fim de compreender as implicações que podem vir a ocasionar na vida daqueles selecionados pelo sistema penal e refletir as ações que estão sendo feitas para esgotá-lo.

2. A CRIMINOLOGIA COMO ESTUDO DO COMPORTAMENTO CRIMINOSO

Uma análise etimológica da palavra criminologia revela que deriva do latim “crimino” (crime) e do grego “logos” (tratado ou estudo), tendo seu primeiro registro aparacendo pela primeira vez por volta de 1883 por Paul Topinard. Em 1885, foi usada por Raffaele Garófalo, em seu livro “Criminologia”, estando reconhecida como ciência propriamente dita ao final do século XIX na Europa, através dos estudos da

Escola Positivista. Para ele, criminologia definia-se como “ciência do delito”. Trata-se, portanto, do estudo do crime, abrangendo todas as questões que venham contribuir para a existência da criminalidade, não tendo por objetivo apenas o estudo do crime.

É possível destacar que desde os primórdios do desenvolvimento e estudo da criminologia, as mulheres despertaram interesse dos teóricos com pauta e objeto de estudo, contudo, as características que despertavam a atenção, ou seja, as ditas perigosas, nas mulheres eram diferentes daquelas que se procuravam observar nos homens, uma vez que as mulheres lidas como criminosas perante a sociedade destacavam-se como possuidoras de um comportamento que fugia daquele tido como usualmente “ideal feminino”. De forma que seu estudo, e, conseqüentemente, sua punição, agia de forma a separá-las da sociedade, visando proteger os costumes e a moral tradicional.

Nos últimos dois séculos de estudo do pensamento criminológico, diversas correntes teóricas foram se engendrando, por vezes antagônicas, porém todas de muita importância para a construção do que é hoje a ciência da Criminologia. Cabe trazer alguns conceitos a fim de ilustrar algumas visões sedimentadas na literatura da teoria criminológica.

João Faria Junior traz a definição:

Criminologia é a ciência humano-social que estuda:

- a) O homem criminoso, a natureza de sua personalidade, e os fatores criminógenos;
- b) A criminalidade, suas geratrizes, o grau de sua nocividade social, a insegurança e a inquietude que ela traz a sociedade e aos seus membros;
- c) A solução do problema da criminalidade e da violência através do emprego dos meios capazes de prevenir as incidências e a reincidência do crime, evitando ou eliminando suas causas.” (FARIAS, 2001, p.11)

Antônio García-Pablos de Molina e Luiz Flávio Gomes ensinam que:

Cabe definir criminologia como ciência empírica e interdisciplinar, que se ocupa do estudo do crime, da pessoa do infrator, da vítima e do controle social do comportamento delitivo, e que trata de subministrar uma informação válida, contrastada, sobre a gênese, dinâmica e variáveis principais do crime – contemplado este como problema individual e como problema social -, assim como sobre os programas de prevenção eficaz do mesmo e técnicas de intervenção positiva no homem delincente e nos diversos modelos ou sistemas de respostas ao delito. (MOLINA; GOMES, 2002, 2012)

O jurista Roberto Lyra explica que:

A criminologia é uma ciência que estuda:

- a) As causas e as concausas da criminalidade e da periculosidade preparatória da criminalidade;
- b) As manifestações dos efeitos da criminalidade e da periculosidade preparatória da criminalidade;
- c) A política a opor, assistencialmente à etimologia da criminalidade e da periculosidade preparatória da criminalidade seus efeitos e suas manifestações; (LYRA, 1995)

Já Newton Fernandes elucida:

Criminologia é a ciência que estuda o fenômeno criminal, a vítima, as determinantes endógenas e exógenas, que isolada ou cumulativamente atuam sobre a pessoa e a conduta do delinquente, e os meios laboroterapêuticos ou pedagógicos de reintegrá-lo ao grupamento social. (FERNANDES, 1995)

Finalmente, Aderlan Crespo, que dispensa um conceito engessado de criminologia, e prefere ater-se às características da disciplina, aponta:

Diante de sua perspectiva analítica, a criminologia possui as seguintes características:

a) Problemática do crime:

a.1) considera o crime como fato humano-biopsicossocial;

a.2) como fato social, o crime encontra-se vinculado às condições sociopolíticas vigentes;

a.3) o crime é um fato complexo que possui natureza humana, mas juridicamente criminalizado;

b) Interdisciplinaridade: Reconhece a necessidade dos conhecimentos científicos, das diversas áreas do saber, para o estudo do fato social criminoso, tais como a história, a sociologia, a filosofia, a psicologia e a antropologia;

c) Objetos: Dedicar-se à análise do fato praticado, do sujeito criminoso, do ordenamento jurídico vigente, das condições socioeconômicas da sociedade, das políticas governamentais implementadas à maioria da população (postura comprometida do Estado), das condições ressocializadoras do sistema penitenciário, além de outros objetos que sejam importantes para a interpretação ampliada da conduta criminosa. (CRESPO, Aderlan, p. 2)

Dessa forma, é possível compreender que a definição de criminologia não é única, muito menos homogênea na literatura, contudo, perpassa alguns pontos em comum, como considerar o crime um fato social, vinculado aos seres humanos, mas que repercute no mundo jurídico, devendo ser observado à luz da conjuntura externa e interna do indivíduo na sociedade.

2.1. BREVE HISTÓRICO DA CRIMINOLOGIA

Este pequeno retrospecto histórico do pensamento criminológico busca compreender as escolas teóricas que erigiram o caminho até a criminologia que temos hoje.

Dito isto, é preciso primeiramente ter em mente que não é possível datar algum marco de literatura ou momento específico em que a criminologia tenha surgido, sendo essa discussão, inclusive, não sedimentada de forma pacífica no estado da arte da história da criminologia, afinal estudos sobre a criminalidade existiam desde antes do século XIX. Contudo, usualmente considera-se o momento em que passou a ser lida, entendida e compreendida enquanto ciência como o “nascimento” da criminologia.

Nesse sentido, uma importante reflexão trazida por Thaís Bandeira:

é possível dizer que, na fase pré-científica da criminologia, antes da publicação da famosa obra lombrosiana “O homem delinquente”, que costuma ser citada como a certidão de nascimento da criminologia empírica científica, já existiam inúmeras teorias sobre a criminalidade. (BANDEIRA, 2017, p. 30)

A linha histórica que será aqui adotada, porquanto mais relevante para fins de contextualização, quando da discussão da história do pensamento criminológico, perpassa em primeiro lugar a etapa entendida como pré-científica, que agasalha sob sua égide a escola clássica, passando então para a fase científica, dasaguando na escola positivista, cujas reflexões culminam em sua contraposição à escola clássica, e, por fim, a escola crítica.

A etapa definida como etapa pré-científica, é aquela que se insurge a partir do final do século XIX, contando com a influência dos estudos da frenologia, antropologia, fisionomia e afins. Ou seja, equacionava ideias de ordem filosófica com reflexões de ordem empírica. (BANDEIRA, 2017, p. 29)

A frenologia, por exemplo, se dedicava ao estudo do caráter do indivíduo através das particularidades da face aliada à configuração do crânio. A fisionomia, por seu turno, estudava as características externas de forma a ler o psicológico através da aparência. Nesse contexto, a pessoa entendida como menos adequada aos padrões de beleza impostos pela sociedade da época seria considerada culpada, caso a dúvida residisse entre essa pessoa e outra mais convencionalmente bela. (BANDEIRA, 2017, p. 29-30)

A escola positivista, por seu turno, se encaixa na etapa definida como científica, e tem como teóricos edificantes os intelectuais italianos Cesare Lombroso, Enrico Ferri e Raffaele Garofalo.

Alessandro Baratta explica que as teorias de Cesare Lombroso e Cesare Beccaria, com foco, inclusive, no livro de Cesare. Beccaria “*Dei Delitti e Delle Pene*” como um alicerce fundamental da escola definida como clássica, pois criara uma noção jurídica filosoficamente fundada nos conceitos de delito, responsabilidade penal e da pena. (BARATTA, 2002, p. 33)

Thais Bandeira elucida que:

A Escola positiva inaugura o período científico da criminologia, com início entre os séculos XIX e XX até os dias atuais. Ou seja, a consolidação da criminologia como disciplina empírica, científica, se deu *pari passu* com o positivismo criminológico, particularmente com a Scuola Positiva italiana, que surge em meados do século XIX (FERRI, 2009). A bem da verdade, o surgimento da Escola positiva foi uma contrarreação à Escola Clássica, influenciada pelos avanços científicos surgidos durante o século XIX, como as teorias de Darwin e Lamarck e pelo pai da sociologia, Auguste Comte. (BANDEIRA, 2017, p. 30)

Essa linha teórica tem no desenvolvimento de seu método, que por meio de uma leitura empírica, submete os indivíduos a uma repetição de estereótipos sociais em conluio com as formas de agir da natureza, de modo que não é equivocado afirmar que o método da escola positiva atuava desacompanhado de noções não objetivas do que é progresso e o do que é ciência.

Para Cesare Lombroso, a existência do criminoso nato ocorre ao passo que o delito é entendido como fenômeno natural. Enrico Ferri, por sua vez, entende o delito como oriundo de uma alteração de natureza biológica, social e física, de forma que divide seus tipos criminosos em seis: o delinquente nato, louco, passional, ocasional, habitual e involuntário. (BANDEIRA, 2017, p. 33)

Garofalo, contudo, atua em contraposição a teoria determinista de seus contemporâneos, apontando como contraditórias as definições de outros teóricos da escola positivista. Para ele, a definição do delinquente é consideravelmente menos complexa: o delinquente assim o é na medida de sua ausência do sentimento de piedade.

Em resumo: a escola positiva pensa a criminologia a partir de uma definição de crime como fato natural em uma sociedade, a medida que os indivíduos são

naturalmente destituídos de livre arbítrio e tem sua delinquência (ou ausência de delinquência) já determinada no mais íntimo do seu ser.

Finalmente, a criminologia crítica, que será tema de análise deste trabalho em tópico próprio.

2.2. A CRIMINOLOGIA CRÍTICA

A jurista Vera Malaguti Batista ensina que a criminologia crítica surge de forma mais contundente a partir dos anos 1960, com duas publicações criminológicas de grande repercussão nos círculos intelectuais da época: o primeiro é “Punição e estrutura social”, de Rusche e Kirchheimer. (BATISTA, 2015, p. 91)

A autora frisa que em que pese os livros terem sido confeccionados no final da década 30 do século XX, mais precisamente entre 1938 e 1939, foi apenas a partir do final dos anos 1970 que ele começa a ser lido de forma ampla pela comunidade científica. (BATISTA, 2015, p. 91)

O segundo livro que Batista cita como fundamental para a consolidação da criminologia crítica é o livro do francês Michel Foucault, “Vigiar e Punir”, em que o escritor constrói o “corte epistemológico da criminologia”, em que o segundo livro não existiria sem a influência do primeiro. (BATISTA, 2015, p. 91)

Para essa teoria, as maneiras de uso do direito, compreendido conforme a formulação de regras impostar com a finalidade de proteger as pessoas e como ferramenta de delimitação das práticas repressivas da atuação do estado, exigiu dos pensadores da criminologia crítica um reexame das máximas marxistas que se erigiam a partir do conceito do “direito” exclusivamente como uma engrenagem de fiscalização e controle das classes de um estrato social mais abastado, visando legitimar suas pautas particulares. (SILVA; ROCHA, 2012, p. 2)

A criminologia crítica, então, nesse cenário, vem como reação à essa hegemonia de controle social exercido pelas classes dominantes em face daqueles menos favorecidos na esfera que engloba as pautas atinentes ao direito penal. (SILVA; ROCHA, 2012, p. 2)

João Ricardo Dornelles explica que:

O que caracteriza a Criminologia Crítica é a confrontação direta com os princípios e a metodologia da criminologia conservadora, de corte positivista. A Criminologia Crítica constitui-se como um amplo movimento científico com um eixo central de

identidade baseado no questionamento e desconstrução do velho pensamento criminológico - uma criminologia da repressão, tanto na sua vertente clínicoantropológica quanto na concepção sociológico-ambiental - que se revelou como versão oficial das sociedades capitalistas para explicar o fenômeno do crime e propor políticas criminais de combate às transgressões sociais e desvios comportamentais baseados no controle e repressão de todos os segmentos sociais que porventura ameacem uma ordem social baseada na desigualdade, opressão e injustiça social. (DORNELLES, 2017, p. 110)

Dessa forma, é possível compreender que a criminologia crítica tem um papel fundamental para o estado do arte da criminologia atual, na medida que equaciona a teoria com a efetiva realidade social daqueles que debruça seus estudos.

Esse conceito é importante para introduzir a importância da criminologia para o estudo da mulheres que cometem crimes e sua relação com aquelas que hoje estão inseridas no sistema prisional brasileiro, conforme será melhor explicado mais adiante neste trabalho.

3. A FIGURA DA MULHER NO ESTUDO DA CRIMINOLOGIA E SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA

As mulheres mudaram e com o passar dos anos ganharam independência, espaço no mercado de trabalho, e muitas vezes são elas a origem do sustento de toda uma família. Mas essa mudança não aparece só em situações positivas, visto que as mulheres também passaram a fazer parte do mundo do crime.

É a partir do movimento iluminista sobre uma ciência racional, que deflagrou um processo de repressão e silêncio das mulheres. O mercantilismo atrelado ao crescimento das cidades, acabou por trazer uma centralização das atividades masculinas, fazendo com que as mulheres passassem a perder espaço dentro do seio familiar “por exemplo, a classe burguesa passou a instituir que toda a herança recairia na mão dos “varões”, dos primogênitos. (BAUER, 2001).

Ocorreu uma restrição das mulheres no seio urbano, na qual deveria praticar apenas pequenos ofícios, realizando atividades secundárias e com a proibição de venda dos resultados. Nesse sentido, foi instaurada uma concepção sobre o que deveria ser feminino e “em locais como na França e Inglaterra passou-se a utilizar do motivo da “castidade” para expulsar mulheres de diversos ofícios”. Por conseguinte, o trabalho feminino não doméstico foi declarado, oficialmente, como “desonesto e infamante” (BAUER, 2001).

A partir dessa abordagem inicial sobre o papel da mulher, se conclui que a Revolução Francesa e a Revolução Industrial foram marcos importantes no contexto de lutas sociais de empoderamento feminino no mundo todo. Ao passo que criou ambientes favoráveis a mulher ter voz.

Contudo, encontraram barreiras de ordem discriminatório, ao passo que tratavam como indignas, as condutas que não estavam associadas a papéis pré-concebidos, como boa mãe e esposa. Assim, observa-se que apesar de ter se iloposicionado em vários momentos históricos, as mulheres diuturnamente foram atribuídas a papéis secundários frente aos avanços de ordem política e econômica. Apresentava-se o estereótipo de retrato de submissão da mulher, de modo a combater a quem não se enquadrava no padrão social esperado.

Partindo dessa abordagem, conforme dados disponibilizados pelos relatórios oficiais e gráficos do INFOPEN – Informação Penitenciária Nacional de 2019, a quantidade de presos custodiados do gênero feminino no Brasil em 2009 era de 24,30 mil. Em contrapartida, dados do período de junho a dezembro de 2019 obtiveram um aumento de 33% neste espaço de 10 anos, apresentando o total do encarceramento feminino de 37,2 mil.

Nesse diapasão, pode-se constatar historicamente um patriarcado sobre o gênero feminino, de modo a sempre verificar uma dominação do gênero masculino, através do qual as diferenciações socialmente estabelecidas entre homens e mulheres são percebidas como relações de poder e dominação que atuam ativa e decisivamente no funcionamento da realidade social e, cosequentemente, em todo o sistema de justiça criminal. Assim, pode-se atribuir o termo do andocentrismo para denominar este papel subjugado da mulher.

O andocentrismo, termo este voltado a justificar a colocação do masculino como sendo o único paradigma de representação coletiva, estando o pensamento masculino acima de todos os outros, fundamentou a construção da identidade da mulher criminosa como um ser estigmatizado pelo gênero, tendo como base a hierarquia entre o masculino e feminino, em que o masculino aparece como um ser superior e mais afeito ao mundo do crime. Estas teorias buscaram demonstrar a incapacidade da mulher em ser classificada como um criminoso-nato uma vez que sua natureza estava mais voltada para as atividades domésticas, para pouco uso da inteligência e para práticas associada à sexualidade ou a maternidade. Sedimentando

uma visão naturalista, essencializadas e substancializadas marcada pelo gênero, sexo, crime, cor, padrões de normalidade e sexualidade.

Buscando explicação, também, em fatores sociais, Tiradentes (1978) defendeu a tese de que o número reduzido de mulheres delinquentes tem a ver com uma tendência universal de beneficiar a mulher para reduzir ou anular os efeitos da repressão que, não gozando das mesmas vantagens sociais que o homem, não suportaria as mesmas cargas.

Espinoza argumentou que o pensamento que fundamentou uma identidade de mulher criminosa baseado na diferença entre o sexo masculino e feminino construiu a ideia de que a mulher delinquente não representa periculosidade na medida em que o crime cometido se encaixa nos delitos de menor violência. (ESPINOZA, 2004, p. 139).

Corroborando o subjugamento feminino, vale ressaltar que somente a partir da década de 70 do século 20 que os estudos sobre a delinquência feminina passaram a ter maior importância, posto que anteriormente a inferioridade feminina dominava até mesmo os pensamentos dos operadores do Direito, em sua maioria, que preferiam ocultar a questão em vez de discuti-la. O mesmo ocorria (ocorre) com o sistema penitenciário, as leis e a execução penais, que com o uso dos termos “condenado e internado” acabam passando uma mensagem subliminar de que a criminalidade feminina é irrelevante para o sistema criminal.

Dessa forma, compreende-se que as mudanças ocorridas nas relações de gênero possibilitaram uma maior inserção da mulher no espaço público e a construção de um novo perfil feminino que ultrapassa a conduta padronizada de subalternidade e a coloca diante de novas possibilidades e realidades, antes quase inexistentes, como o crime, fenômeno social com crescente atuação das mulheres.

Com a promulgação da Lei 11.343/2006, conhecida como a lei do tráfico, o encarceramento feminino vinculado a este crime aumentou significativamente (Carvalho; Jesus, 2007), o que pode ser explicado pelo fato desta legislação ter tipificado como crimes várias atividades secundárias, como “mula”, “avião” ou “vapor”, ligadas ao tráfico de drogas, exercidas por companheiras de traficantes e/ou menores de idade, ou seja, tornou-se mais rígida em relação à lei anterior, 6.368/76. Isso se corrobora pelo fato de ser bastante difícil pelas autoridades competentes a prisão dos “chefes do tráfico”, que ocupam o posto mais elevado na hierarquia. Este fenômeno

direcionou o interesse de estudiosos para a tentativa de compreender o porquê do aumento de prisões de mulheres.

Diante dos dados disponibilizados e de tais contextualizações históricas, pode-se destacar algumas observações preliminares: a de que os números serão sempre inferiores de mulheres aprisionadas em relação aos homens, visto que historicamente as mulheres são encaradas com uma criminalização de forma secundária, bem como, pode-se indagar o real motivo do aumento da criminalidade feminina onde o problema ainda é a não identificação dos crimes femininos de forma eficaz, pois muito deles permanecem ocultos.

Mais do que isso: as diferenças no tratamento de mulheres presas e homens presos é tão disparelha que a repercussão até dentro da própria família da pessoa presa é diferente. Mulheres presas costumam enfrentar uma situação de abandono afetivo em uma intensidade que não ocorre com os homens. Draúzio Varella ilustra muito bem a situação no seguinte trecho de seu livro “Prisioneiras”:

De todos os tormentos do cárcere, o abandono é o que mais aflige as detentas. Cumprem suas penas esquecidas pelos familiares, amigos, maridos, namorados e até pelos filhos. A sociedade é capaz de encarar com alguma complacência a prisão de um parente homem, mas a da mulher envergonha a família inteira. Enquanto estiver preso, o homem contará com a visita de uma mulher, seja a mãe, esposa, namorada, prima ou a vizinha, esteja ele num presídio de São Paulo ou a centenas de quilômetros. A mulher é esquecida. (VARELLA, 2017, p. 38)

É dizer, portanto, que o papel da mulher encontra-se tão intrinsicamente engessado na sociedade que uma situação que seria aceitável e passível de segunda chance para um homem, quando trata-se de uma mulher, essa segunda chance não é sequer considerada.

Desta forma, se faz necessário analisar a importância dos estudos criminológicos e de direito penal à luz do ser mulher, conforme se observará nos tópicos seguintes.

3.1. DO PAPEL DO FEMINISMO NA CRIMINOLOGIA E A MULHER NO DIREITO PENAL

Uma observação fundamental que merece ser feita diz respeito à relevância e à pertinência de avaliar a criminologia a partir de uma leitura das mulheres — mais do que isso: uma perspectiva feminista propriamente dita.

Cassol, Silva e Dinarte expõem de forma resumida essa mudança do paradigma das formas de se entender e estudar a atuação das mulheres em contexto de ações criminosas, passível de estudos acadêmicos e jurídicos a partir da criminologia crítica:

Ao longo dos últimos séculos, a criminologia buscou de diversas formas reificar o papel da mulher na sociedade, para justificar sua necessidade de ser custodiada, ora pelo marido ou pai, ora pelo Estado. Contudo, somente a partir da criminologia crítica, e com o surgimento da criminologia feminista, vem buscando compreender o papel social a ela imputado pela sociedade andocentrista e misógina, tentando assimilar questões de gêneros. (CASSOL, SILVA e DINARTE, 2018)

Esse estudo, contudo, atravessa dificuldades dotadas de particularidades de gênero, uma vez que as teorias feministas, para se transpor ao debate jurídico, precisam se adequar — com o intuito de de subverter — as relações de opressão oriundas de século de subjugação do feminino. (RODRIGUES, 2019, p. 30)

Rodrigues explica que essa situação complexa de dificuldade advem da própria falsa imagem que se alastra pelo direito como um todo, e, notadamente, pelo direito criminal, de que os aparatos de controle social não seriam, desde sua gênese, neutros e dissociados de discursos de gênero: muito pelo contrário, pois o direito como ciência em sua acepção ampla já seria imbuído de um ponto de vista previamente sexualizado, já que produto de uma retórica e um discurso liberal e patriarcal. (RODRIGUES, 2019, p. 30)

Além disso, consoante Rodrigues, o direito também seria um local de repercussão de estereótipos do feminino, uma vez que reforçaria de forma contínua o papel socialmente designando para o que é ser mulher, de forma a colaborar para a perpetuação dos papéis de gênero. Isso porque essa dicotomia entre aquilo que foi construído social e a relididade biológica são, em verdade, construções ideológicas que buscam o controle dos corpos. (RODRIGUES, 2019, p. 30-32)

Nesse sentido, o discurso feminista criminológico atua à medida que busca desconstruir as relações de poder intrincadas ao campo jurídico, a fim de que não se convalidem violências simbólicas que se agasalham sob uma dita procura pela “Justiça”. (RODRIGUES, 2019, p. 32)

A criminologia feminista leva em conta as particularidades de sociológicas e econômicas das mulheres, como raça e classe social, porque refletem diretamente nas maneiras em que as desigualdades — e, portanto, o próprio direito — incidem sob suas vidas, de modo que é necessário que o recorte epistemológico utilizado para a

efetivamente estudar a criminalidade feminina, que, por sua vez, não deve se fechar em si mesma, excluindo do seu debate os aspectos externos que corroboram tanto quanto teorias internas, para a compreensão da questão. (RODRIGUES, 2019, p. 32-34)

Elita de Araújo completa que:

A criminologia feminista, assim como o próprio ativismo feminista não decorre de uma compreensão teórica homogênea sobre o papel das mulheres nas sociedades, mas é amplamente heterogêneo em sua compreensão das relações entre os feminismos e a criminologia. No entanto, embora este seja um processo heterogêneo, decorre, inevitavelmente, da mesma inquietação central: a invisibilidade do gênero nas análises criminológicas. A mesma invisibilidade decorrente do androcentrismo científico o qual o ativismo feminista sempre combateu. (ARAÚJO, 2019, p. 95)

Desse modo, a criminologia feminista subsiste enquanto corolária da criminologia crítica, porquanto expandindo-a para além de sua materialidade, perquirindo suas facetas subjetivas a fim de compor o quadro geral de estudo, com a finalidade de se atentar às particularidades e sensibilidades inerentes aos estudos das mulheres que cometem crimes.

4. O TRÁFICO DE DROGAS E OS DISCURSOS OFICIAIS

Para fins de contextualização, é necessário, primeiramente, que se entenda o que é proibicionismo.

O proibicionismo define-se como uma política moldada a partir de uma infraestrutura jurídica que busca proibir as drogas: desde seu uso até sua fabricação, passando por sua comercialização.

É preciso, contudo, trazer o debate primordial da questão proibicionista: o porquê de certas drogas serem consideradas ilícitas ao passo que inúmeras outras drogas são consideradas lícitas.

O pesquisador Henrique Carneiro ensina que:

O conceito de droga aparece na história cultural contemporânea, concomitantemente, como um fantasma do mal e como um emblema da saúde. Como fantasmagoria encarna bodes expiatórios, obsessões patologizantes e medos irracionais. Mas é também o veículo da salvação e da cura, como pílula mágica e panaceia para todos os males.[...]
Numa narrativa, a droga é a esfera da maior tentação e da maior queda, espécie de armadilha à espreita de curiosos para fisgá-los no pior dos vícios. Em outro registro,

no entanto, a droga é o remédio, magia e milagre em pílulas, o paraíso num frasco, a cura da alma e do corpo, o consolo anestésico da dor. Assim, seus usos se multiplicam na mesma medida que a nosografia oficial dos males da alma e uma das indústrias mais florescentes da nossa época é a que fabrica estes fármacos (CARNEIRO, 2018, p 9)

Isto é, para Carneiro, as drogas apresentam uma dupla dimensão: ao passo que determinadas drogas são tidas como maléficas à saúde, sendo proibidas, portanto, como a cocaína, a heroína, e no Brasil, a maconha, por outro lado, drogas como ansiolíticos, remédios antidepressivos, bebidas alcóolicas e tabaco tem a venda liberada. Não apenas apresentam a comercialização totalmente dentro da legalidade como são corolárias de incentivos econômicos para sua produção. Carneiro frisa que a maior empresa ativa no Brasil, hoje, comercializa bebidas alcóolicas. Além disso, no ranking dos exportadores de tabaco, o Brasil ocupa a primeira posição. (CARNEIRO, 2018, P. 9)

Essa situação dual demonstra, então, que o problema não é a droga em si, uma vez que a história dos entorpecentes está intimamente conectada à história da própria humanidade, que, conforme apontam os registros, desde seus primórdios procurava formas de se entorpecer: Carlos Torcato, por exemplo, traz junto com o marco histórico habitualmente designado como Idade Moderna teve, além do absolutismo, renascimento cultural e comércios transoceânicos, a ampliação da capacidade dos indivíduos de ampliarem e expandirem suas consciências, mormente por conta dessas trocas culturais possibilitadas pelas grandes navegações. (TORCATO, 2015, p. 139)

Isto posto, é possível avançar para os tópicos que são pertinentes a este trabalho, a fim de compreender onde se insere o tráfico de drogas no contexto brasileiro à partir da ideia de que certas drogas são proibidas, em que pese outras tantas serem permitidas, e a necessidade humana de alterar sua consciência.

4.1. BREVE HISTÓRIO DA LEGISLAÇÃO REPRESSIVA AO TRÁFICO DE DROGAS E A POLÍTICA CRIMINAL DE DROGAS NO BRASIL

Carlos Torcato, historiador das drogas no Brasil, ensina que as primeiras menções às drogas na legislação brasileira datam do início do século XVII, na ocasião que se lavrou a coletânea de leis conhecida como Ordenações Filipinas, em que um dos temas se dedicava ao título “substâncias venenosas”. (TORCATO, 2016, p. 250)

Depois, as drogas só são lembradas novamente com o advento do Código Penal de 1890, na seção que se dedica a elencar os crimes que acometiam o que se entendia como saúde. Em 1932, amplia-se o rol elencado na legislação pretérita, a fim de pontuar com a devida complexidade o problema que acometia o país naquele momento, qual seja, um uso endêmico de haxixe e ópio. (TORCATO, 2016, p. 250-251).

Nesse momento ocorre a mudança até no modo das normas se referirem à nomenclatura: de substância venenosa o termo passa a ser substância entorpecente, como até hoje é usada. (TORCATO, 2016, p. 251).

O autor completa:

Assim, a “formação do sistema repressivo ocorre quando da autonomização das leis criminalizadoras (Decreto 780/36 e 2.954/38) e do ingresso do país no modelo internacional de controle (Decreto-Lei 891/38)”. Esse sistema se consolida no Código Penal de 1940, com algumas alterações nos anos seguintes. Esse arcabouço legal perdurará até a década de 1960, época que o Brasil ingressaria definitivamente no cenário internacional de combate às drogas, através da “aprovação e promulgação da *Convenção Única sobre Entorpecentes* pelo Decreto 54.216/64 subscrita por Castelo Branco”. A partir dessa época será configurada a ideologia da diferenciação social, cuja principal característica é a distinção entre consumidor e traficante, entre doente e delinquente. O incremento da punitividade seguiria ao longo dos anos de 1960, borrando a diferença entre essas duas figuras. O Decreto-lei 385 de 26 de dezembro de 1968 passará a punir ambos com reclusão, até chegar ao ápice com a Lei 6.368 de 21 de Outubro de 1976, que acompanha “as orientações político-criminais dos países centrais, refletidas nos tratados e convenções internacionais”. A diferença entre a lei de 1968 e a de 1976 não está nas figuras típicas do código, mas no maior peso da pena: de três a quinze anos de prisão. (TORCATO, 2016)

A atual lei de drogas vigente (Lei 11.343/2006) é uma legislação considerada rígida, uma vez que não se compatibiliza de forma satisfatória com os princípios de um direito e de um processo penal democráticos: os bens jurídicos tutelados não são protegidos de forma coerente, os crimes não apresentam vítima, portarias são consideradas modalidades legítimas para informar um crime no ordenamento jurídico pátrio e assim sucessivamente. (QUEIROZ; LOPES, 2016, p. 14)

Uma crítica da doutrina à lei de drogas em vigência no Brasil hoje é o fato da lei punir atos preparatórios como se crime consumado fosse. No caso, vários dos verbos do tipo de tráfico, como adquirir, ter em depósito, possuir matéria-prima para a preparação de entorpecente. Afora isso, a lei é extremamente inconsistente com a própria lógica que usa para punir: a variação de tempo de prisão e de dias-multa varia

de forma não coerente entre incisos do mesmo artigo. (QUEIROZ; LOPES, 2016, p. 14)

De qualquer modo, é esta a legislação mais recente que têm-se no país, em que pese uma alteração na Política Nacional Antidrogas sancionada pelo Senado em 2019, que deixou ainda mais rígida a lei, facilitando internações involuntárias, por exemplo, e, também, favorecendo instituições de tratamento terapêuticas para indivíduos em contexto de dependência química.

Alguns teóricos afirmam até que na esteira do mundo atual, é possível que todas as drogas possam ser descriminalizadas e legalizadas, contudo, isso é uma preocupação para o futuro. Por ora, a única providência a ser tomada é continuar a estudar incansável os efeitos dessas substâncias nos organismos dos seres humanos.

4.2. AS MULHERES NO CÁRCERE

O aumento expressivo da quantidade de mulheres que tem sentenças penais transitadas em julgado com aplicação de pena de prisão, demonstra que cada vez mais as mulheres se engajam em ações criminosas. O que, por consequência, culmina em cada vez mais relatos das dificuldades do cárcere, por essas mulheres, que revela o quando o sistema não se adequou para atender essa demanda específica daquelas que cometem crimes. (PIMENTEL, 2013)

Elaine Pimental explica que as políticas criminais concernente à pauta das mulheres encarceradas muitas vezes contempla questões diversas das especificidades e particularidades femininas, o que acaba por incidir em tratamento para mulheres e homens que ignora a necessidade de atender às demandas específicas de cada um, de forma tão ineficaz que pode até mesmo deturpar a função da pena. E, dessa forma, “as questões de ordem subjetiva, vivenciadas pelas mulheres encarceradas, permanecem no campo da invisibilidade”. (PIMENTEL, 2013)

Pimental conclui seu pensamento afirmando que dentre os inúmeros silêncios que perpassam a história das mulheres, a ausência de interesse ou conhecimento sobre a situação das mulheres encarceradas representa um grande silêncio no campo do pensamento criminológico. (PIMENTEL, 2013)

Vários são os silêncios da história em relação às mulheres, contudo, em relação às mulheres e ao cárcere o silêncio da historiografia é ainda maior: pouco se

sabe sobre as dinâmicas da prisão da mulher ao decorrer dos séculos: sabe-se que no início o que se punia eram os crimes contra os costumes, conforme já discutido aqui, como adultério e prostituição, ou ainda, mulheres acusadas de envolvimento em bruxaria. O fenômeno de mulheres envolvidas em crimes previstos na legislação penal é recente. (CURY; MENGAZ, 2017)

A prisão é um espaço, por sua própria essência, naturalmente inóspito e hostil, contudo, esse ambiente é especialmente caótico para as mulheres, haja vista sua faceta de profunda desigualdade e inobservância dos mínimos direitos humanos. Insta frisar que o cárcere tal como o orquestrado hoje, foi fundando no século XIX pensado e concebido para abrigar homens, e não mulheres. (CORTINA, 2015, p. 771)

Além disso, é possível observar que o cotidiano das mulheres presas também acaba por obedecer determinada agenda de gênero, na medida que oportuniza como atividade laboral para fins de remição e para estudo, ofícios historicamente associados às mulheres e assimilados como tarefas femininas, como a costura, a confeitaria, e o artesanato. Cortina elucida:

As práticas dos gestores das prisões femininas, ao propor sua metodologia de administração prisional, também reproduzem e perpetuam as discriminações de gênero. Exemplo disso foi constatado nas penitenciárias femininas paulistas, onde o trabalho ofertado para as mulheres, no mais das vezes, era relacionado com atividades: “próprias do sexo (tecer, bordar, cozinhar, cuidar da aparência, fazer confeitaria)”. Semelhantemente, em Portugal, observa-se que as reclusas são direcionadas exclusivamente para uma profissionalização dos trabalhos domésticos, incluindo a cozinha, confecção de tapetes manuais, a costura e a lavagem de roupas que vêm da prisão masculina. Na prisão feminina catarinense, o principal trabalho exercido era a montagem de grampos de roupa, seguido do artesanato e da costura de sapatos e zíperes, o que reforça a continuidade de trabalhos domésticos ligados às mulheres. A discriminação da mulher no mercado de trabalho é reproduzida no cárcere e, indubitavelmente, continuará na vida livre. (CORTINA, 2015, p. 772)

Isto posto, é possível afirmar que o cárcere é, então, um microcosmo da sociedade extra-muros, em que as mulheres são invisibilizadas, subjugadas e submetidas a uma lógica masculina, pensada por e para homens, em um ambiente impregnado de preconceitos e limitações, além da falta de suporte afetivo por parte do núcleo familiar que está fora do cárcere, de forma que não ocorre com os homens privados de liberdade.

4.3 A SELETIVIDADE DO SISTEMA PENAL QUANTO ÀS MULHERES TRAFICANTES: O AUMENTO DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA FEMININA EM GRÁFICOS

Um desafio enfrentando pelo Brasil é a escassez ou a fragilidade de dados atualizados a respeito de mulheres em conflito com a lei. A expansão da criminalidade feminina e, em consequência, a escala ascendente da quantidade de mulheres presas no Brasil não veio acompanhada de suficientes estudos e análises para melhor entender esse alarmante fenômeno, o que acaba por dificultar ou inviabilizar um eficaz enfrentamento da questão.

Questão esta que desperta preocupação governamental, embora de forma tardia, passou-se a entabular os dados de criminalidade feminina na tentativa de traçar políticas públicas para o combate.

Faz-se necessário ressaltar que os dados apresentados se tratam de pesquisa feita pelo próprio governo, em que se mede apenas a criminalidade que chega ao cumprimento de alguma pena privativa de liberdade, não alcançando os julgamentos absolvidos, nem as cifras negras, assunto este tratado posteriormente. Todavia, tais dados ausentes seriam mais significativos se esses dois parâmetros fossem considerados.

Segundo os últimos dados de julho a dezembro de 2019, apresentados em seguida, são números mais recentes de base governamental, realizada pelo Levantamento Nacional de informações penitenciárias INFOPEN – mulheres. A população prisional no Brasil é de 748.009, excluindo presos em delegacias. O total é de 755.274. Comparando os anos de 2018 e 2019, houve redução na taxa de crescimento populacional, que era de 2,97% e passou para 1,49%. Houve redução também de presos provisórios, de 35,06% para 30,43%

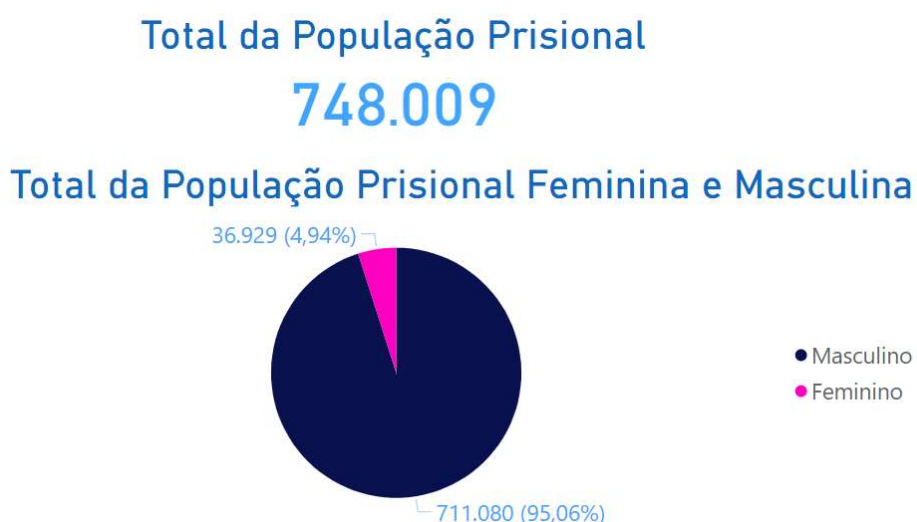
O encarceramento feminino voltou a subir. Desde 2016, havia uma queda na quantidade de mulheres presas, nesse período chegou a ser 41 mil mulheres. Em 2018, foram contabilizadas 36,4 mil mulheres e, em dezembro de 2019, aumentou para 37,2 mil mulheres.

Tabela 1. Total de presos em Unidades Prisionais no Brasil



Fonte: Levantamento de Informações Penitenciárias – INFOPEN, Junho-Dezembro/2019.

Gráfico 1. Total da população prisional, com enfoque ao total da população prisional feminina.



Fonte: Levantamento de Informações Penitenciárias – INFOPEN, Junho-Dezembro/2019.

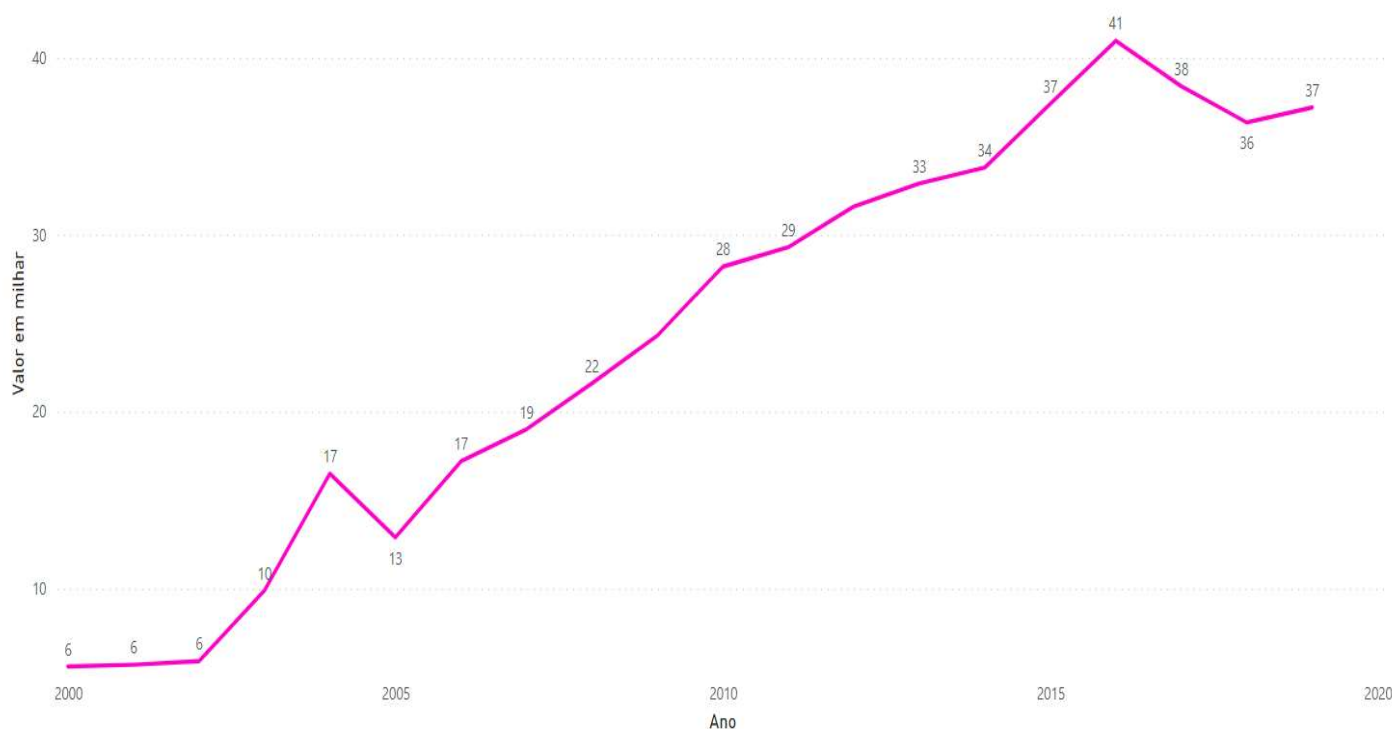
Os dados que serão mostrados no gráfico abaixo, constatará um aumento no número de mulheres encarceradas, na comparação de 2018 com 2019. No entanto, algo que é discutido pelo Infopen Mulheres de 2018 e 2019 refere-se ao fato de que essa porcentagem poderia ser ainda maior, visto que o levantamento não conseguiu

abarcam informações sobre mulheres nas carceragens de delegacias, levando a corroboração de subjugamento da criminalidade feminina e de uma ausência de preocupação com a violência praticada pelas mulheres em que o poder público sequer acreditava na necessidade de tabular tais dados.

Ante o exposto, significa que a ausência do recorte de gênero estaria muitas vezes mascarando a dificuldade expressiva que as mulheres enfrentam para ter acesso ao auxílio jurídico em seus processos. Além disso, essa alta demanda de presas provisórias também pode estar relacionada à entrada e à rotatividade crescente de mulheres no contexto criminal e, consequentemente, ao aprisionamento. Esse fator também sinaliza um problema no cenário prisional feminino: a quantidade de estabelecimentos prisionais.

“Esse processo de invisibilidade da criminalização feminina força a adequação das mulheres aos modelos tipicamente masculinos, de modo que o problema carcerário tem sido focado pelos homens e para os homens privados de liberdade”. (ANTONY, 1998), gerando maior ocultação sobre a criminalização da mulher e do encarceramento feminino. Logo, o sistema penal duplica a situação de violência contra as mulheres encarceradas, seja pela invisibilidade com que as (não) trata, seja por meio da violência institucional que reproduz a violência estrutural das relações sociais patriarcais e de opressão sexista.

Gráfico 2. Levantamento de informações nacionais de aprisionamento feminino.



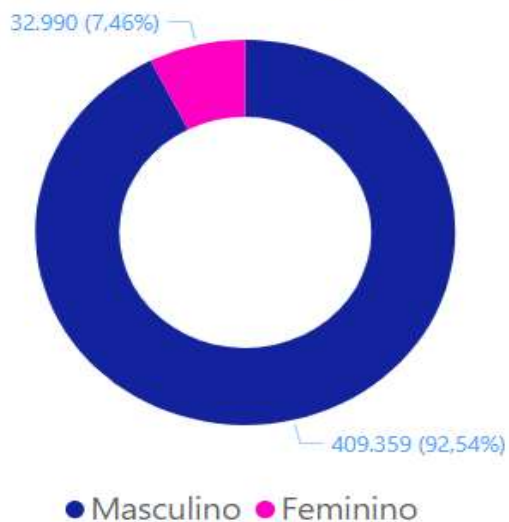
Fonte: Levantamento de Informações Penitenciárias – INFOPEN, Junho-Dezembro/2019.

Gráfico 2. Vagas por gênero de Julho a Dezembro de 2019.

Total de Vagas

442.349

Total de Vagas



Fonte: Levantamento de Informações Penitenciárias – INFOPEN, Junho-Dezembro/2019.

Neste gráfico, mostra que há um total de 32.990 (7,46%) de vagas nos presídios femininos. Dado este que demonstra um déficit de 4.210 vagas nas unidades carcerárias femininas do país.

A Lista Mundial de Prisão Feminina aponta que existem mais de 700.000 mulheres presas no mundo. Os Estados Unidos lidera esta lista, com 205 400 mulheres, seguido da China, Rússia, e Tailândia, Logo, cabe a reflexão acerca da necessidade governamental brasileira de adoção de políticas públicas voltadas à mulher encarcerada, tendo em vista a referida ocupação de encarceramento, o que demonstra a necessidade de intervenção.

Veja-se que ocupar o quarto lugar em população total feminina carcerária no mundo é um dado alarmante, de modo a se repensar o papel feminino na sociedade brasileira.

Outro aspecto que merece destaque quanto à seletividade do sistema penal no que concerne às mulheres presas por tráfico é o recorte de raça.

Isso porque, segundo dados do DEPEN de 2019, trazidos pelo relatório do IDDD – Instituto Direito de Defesa - 63,5% das mulheres presas são negras.

Sobre esse tema, Maia e Souza pontuam:

Alves (2015), segundo a qual existe forte correlação entre racismo, criminalização da pobreza e encarceramento das mulheres negras. Nesse sentido, o encarceramento, de modo geral, exclui aquelas que já se encontram socialmente excluídas, o que reflete o modelo de estigmatização da sociedade ao caracterizar mulheres negras e pobres, bem como as jovens e com pouca escolarização, como criminosas ou desviantes de um modelo social esperado em uma concepção de mulher hegemônica-universal. (MAIA; SOUZA, 2019, p. 78)

Além disso, segundo o mesmo estudo, 51,9% das mulheres encarceradas no Brasil hoje possuem o ensino fundamental incompleto.

Isto é, pelas estatísticas é possível verificar que a criminalização da pobreza aliada ao problemático racismo institucional que perpassa a segurança pública no Brasil reforça o arquétipo do perfil da pessoas privadas de liberdade: pobres e negras. (SANTOS, 2018, p. 9)

Além disso, cabe pontuar que 75% dessas mulheres que se encontram encarceradas cometeram crimes sem violência ou grave ameaça à pessoa: notadamente, o tráfico de drogas, que lidera a lista das ações criminosas que envolvem a presença de mulheres. (INFOPEN)

Do exposto, então, é possível visualizar, por meio dos gráficos aqui alocados, o perfil das mulheres presas no Brasil e como a seletividade penal se articula para fomentar a sedimentação de seu encarceramento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa não foi, em momento algum, de esgotar o tema. Até porque, isso seria extremamente complexo e contra-producente, porque o estudo da criminologia e do direito penal são ciências extremamente dinâmicas, que admitem novas variáveis a todo momento, justamente por beber da fonte das coisas concretas da vida.

Desse modo, naquilo que se pretendeu analisar, é possível concatenar todas as ideias aqui trabalhadas à luz da criminologia, principalmente, a criminologia feminista, que permitiu apreender o instrumental teórico mínimo para compreender o mote dessa pesquisa: a relação entre mulheres e o cárcere.

Em que pese as mulheres encarceradas assim encontraram-se por conta de uma política de drogas veementemente rígida, que foi responsável pelo aumento no número da população carcerária em geral, contudo, abarcando de forma mais intensa as mulheres, haja vista este ser o crime mais cometido por elas, também é possível assinalar recortes de classe e raça que corroboram para este número tão expressivo de mulheres privadas de liberdade.

O encarceramento em massa, então, é uma resposta imediata e instantânea para o proibicionismo, que suscita o debate maior: seria essa política anti-drogas eficaz para o combate da criminalidade e do tráfico de entorpecentes? Tudo indica que não, uma vez que a superpopulação carcerária, notadamente a de mulheres, é resultado direto dessa política, que deixa de atentar para suas incoerências internas: como, por exemplo, o fato de algumas drogas serem proibidas ao passo que outras são permitidas, inclusive movimentando e aquecendo a economia do mercado interno e externo.

Cabe dizer, ainda, que este trabalho pretendeu, também, jogar luz à questão da invisibilidade de estudos em relação ao fenômeno das mulheres consideradas traficantes para o direito penal, uma vez que, mesmo que os trabalhos sobre o tema despertem mais interesse, a pauta é cada dia mais pertinente, e é necessário que se

assegure uma demora do olhar da academia para esse questão tão sensível à realidade social do Brasil.

Finalmente, uma última colocação: é preciso buscar agir de forma a articular uma reflexão sobre a realidade e os estudos acadêmicos, visando um cenário melhor para mapear os problemas, e de maneira constante, persistir na busca de uma estratégias para solucionar esse assunto, a fim de darmos cada dia mais um passo em direção a uma sociedade mais igualitária.

6. REFERÊNCIAS

ANTONY, Carmen. *Mujer y cárcel: el rol genérico en la ejecución de la pena*.

ARAÚJO, Elita Isabella Morais Dorvillé de. *Sobre as mortes das Dandaras: gênero, raça e classe como aportes para pensar uma criminologia feminista e interseccional*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

BANDEIRA, Thais. **Criminologia**. Salvador: UFBA, Faculdade de Direito, Superintendência de Educação à Distância, 2017.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do penal**: introdução à sociologia do direito penal. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do penal**: introdução à sociologia do direito penal. Rio de Janeiro: Revan – Instituto Carioca de Criminologia, 2002. Apud SENA, Ana Beatriz Hernandez. *O tráfico de drogas e sua influência no aumento da criminalidade feminina*. Monografia de Direito – Centro Unversitário de Brasília, Brasília, 2015.

BATISTA, Vera Malaguti, **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011, 2 ed., 2015.

BAUER, Carlos. *Breve história da mulher no mundo ocidental*. São Paulo: Xamã: Edições Pulsar, 2001.

BRASIL. Lei n.11.343 de 23 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm>

CARNEIRO, Henrique Soares. **Drogas**: a história do proibicionismo. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

CARVALHO, Denise; JESUS, Maria G. M. *Mulheres e o tráfico de drogas: um retrato das ocorrências de flagrante na cidade de São Paulo*. Revista Levs. São Paulo. Edição 09. 2007.

CASSOL, Paula Durks; DA SILVA, Maria Beatriz Oliveira; DINARTE, Priscila Valduga. “A vida mera das obscuras”: sobre a vitimização e a criminalização da mulher. **Revista Direito e Práxis**, [S.l.], v. 9, n. 2, p. 810-831, maio 2018. ISSN 2179-8966. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25503>>. Acesso em: 06 mar. 2021.

CORTINA, Monica Ovinski de Camargo. *Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista*. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 761-778, Dec. 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2015000300761&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 Mar. 2021. <https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n3p761>.

CRESPINO, Aderlan. **Curso de criminologia**: as relações políticas e jurídicas sobre o crime. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CURY, Jessica Santiago; MENEGAZ, Mariana Lima. Mulher e o cárcere: uma história de violência, invisibilidade e desigualdade social. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

DORNELLES, João Ricardo W.. A atualidade da Criminologia Crítica e a exceção permanente. METAXY: Revista Brasileira de Cultura e Políticas em Direitos Humanos, 1(1), 109-128, 2017. Recuperado de <https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy/article/view/8888/7143>. Acesso: 04 mar 2021.

ESPINOZA, Olga. A mulher encarcerada em face do poder punitivo. São Paulo: IBCCrim, 2004.

FARIA, Thaís Dumê. Mulheres no tráfico de pessoas: vítimas e agressoras. *Cadernos Pagu*, n. 31, p. 151-172, 2008 <10.1590/S0104-83332008000200008>. [[Links](#)]

FARIAS JÚNIOR, João. **Manual de criminologia**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2001. apud PAULA, Tania Braga de. Criminologia: estudo das escolas sociológicas do crime e da prática de infrações penais. Monografia de Direito – Centro Universitário do Norte Paulista, São José do Rio Preto, 2013.

FARIAS JUNIOR, João. Manual de Criminologia. 3ª.ed.Curitiba:Juruá, 2001.
FERNANDES, Newton FERNANDES, Valter. Criminologia Integrada.2ªed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995, 2002.

GARCÍA-PABLOS DE MOLINA, Antônio; FLÁVIO GOMES, Luiz. Criminologia: introdução a seus fundamentos teóricos; introdução as bases criminológicas da Lei 9.099/95; Lei dos Juizados Especiais Criminais. 8ª. ed. rev. e atual: São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, 2012.

GREGORY, Jeanne. Sex, class and crime. In: Stevi Jackson et al. (orgs.), *Women's studies: essential readings*. New York: New York University Press, 1993. p. 316-317. [[Links](#)]

INFOPEN - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Ministério da Justiça e Segurança Pública. De - partamento Penitenciário Nacional. Brasília, 2019. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/rela_torios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf.

INFOPEN MULHERES. BRASIL. DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (DEPEN). Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres>.

INFOPEN MULHERES. BRASIL. DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (DEPEN). Disponível em <https://www.justica.gov.br/noticias-seguranca/collective-nitf-content-4>

Instituto Direito de Defesa. **Mães livres**: a maternidade invisível no sistema de Justiça, Relatório de Projeto, outubro de 2019.

LYRA, Roberto. *Criminologia*. Rio de Janeiro: ed.Forense, 1995.

MAIA, Bruna Aparecida Thalita; SOUZA, Cristiane Santos. A despersonalização das mulheres como ferramenta de controle das instituições prisionais para além da pena de reclusão. **Revista Transgressões**: ciências criminais em debate, v. 7, dezembro de 2019.

PIMENTEL, Elaine. O lado oculto das prisões femininas: representações dos sentimentos em torno do crime e da pena. **Latitude**, Vol. 7, nº 2, pp. 51-68, 2013. DOI: <https://doi.org/10.28998/2179-5428.20130204>. Acesso: 6 mar 2021.

QUEIROZ, Paulo; LOPES, Macurs Mota Moreira. **Comentários à Lei de Drogas**. Salvador: JusPodivm, 2016.

RODRIGUES, Thaíse Silva. **Política antidrogas e o crescente encarceramento feminino no Brasil**: um estudo sobre a seletividade do sistema penal. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

SANTOS, Izabelle Cristina Ferreira dos. **A discussão acerca do perfil do encarceramento feminino no Brasil e sua problematização pela cor e classe social**. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

SILVA, Flávia Augusta Bueno; ROCHA, Luiz Carlos. A criminologia crítica e o direito penal mínimo: avanços e retrocessos. UNESP – Assis. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 11, n. 2, 2012.

TIRADENTES, Oscar. Fatores determinantes da delinquência feminina. Rio de Janeiro: Editora Rio Sociedade Cultural Ltda, 1978.

TORCATO, Carlos Eduardo Martins. A história das drogas e sua proibição no Brasil: da Colônia à República. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História – História Social. São Paulo, 2016, 371 f.

TORCATO, Carlos Eduardo Martins. Breve história da proibição das drogas no Brasil: uma revisão. **Inter-Legere. Revista do PPGCS/UFRN**. Natal-RN, n.15, jul./dez., 2015, p. 138–162.

VARELLA, Dráuzio. **Prisioneiras**. São Paulo: Cia das Letras, 2017.

VIANA, Eduardo. **Criminologia**. Salvador: JusPodivm, 6. ed., 2018.

Walmsley, Roy. World Female Imprisonment List Disponível em: https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_female_prison_4th_edn_v4_web.pdf.